

# RACISMO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL

TEXTOS ESCOLHIDOS  
DE CLÓVIS MOURA



TERRA SEM AMOS editora

# RACISMO E LUTA DE CLASSES NO BRASIL

TEXTOS ESCOLHIDOS  
DE CLÓVIS MOURA

TERRA SEM AMOS<sup>editora</sup>



Retirado de: Arquivo Marxista da Internet: Clóvis Moura  
(<https://www.marxists.org/portugues/moura/index.htm>)

MOURA, Clóvis. Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder. *Revista Princípios*, n. 19. Novembro de 1990.

MOURA, Clóvis. População e Miscigenação no Brasil. *Revista Princípios*, n. 80. Agosto/Setembro de 2005.

MOURA, Clóvis. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. *Revista Princípios*, n. 34. Agosto/Outubro de 1994.

**Atribuição-Compartilhada 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0).** Esta licença permite que outros recriem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

© **Clóvis Moura, 2020**

**Editora Terra sem Amos**  
terrasemamos.wordpress.com  
instagram: @tsa.editora  
facebook: /tsa.editora  
twitter: @tsaeditora  
tsa.editora@gmail.com

**Projeto Gráfico:**  
Alexandre Wellington dos Santos Silva

**Revisão:**  
Franciso Raphael Cruz Maurício

---

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

M929 MOURA, Clóvis (1925-2003).

Racismo e luta de classes no Brasil - textos escolhidos de Clóvis Moura. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

48p.

ISBN: 978-65-990958-9-4

1. Racismo 2. Luta de classes 3. Brasil. I. Clóvis Moura.  
II. Título

---

CDD: 305.80981

# Sumário

ATRITOS ENTRE A HISTÓRIA, O CONHECIMENTO E O PODER.....	05
<i>A história oficial decreta Caxias como herói     e Zumbi como anti-herói .....</i>	07
<i>O conceito de Pátria se torna uma ficção manipulada     pelos poderosos.....</i>	08
<i>Exemplos do poder em luta constante contra     o saber e a História verídica .....</i>	10
POPULAÇÃO E MISCIGENAÇÃO NO BRASIL .....	13
O RACISMO COMO ARMA IDEOLÓGICA DE DOMINAÇÃO.....	19
<i>Civilizados que mandam e bárbaros que obedecem.....</i>	24
<i>A questão racial é essencialmente política     e não apenas científica.....</i>	28
<i>O racismo brasileiro quer um país “eugênico” .....</i>	30
<i>Já se quis uma reforma “eugênica” dos salários:     maiores para os brancos, menores para os negros.....</i>	31
<i>Da derrota do nazismo ao aparecimento     da Guerra Fria.....</i>	33
<i>Racismo e determinismo genético .....</i>	37
<i>A Europa ergue um muro contra não-brancos e pobres .....</i>	41
<i>O racismo como ideologia neocolonial.....</i>	44



# ATRITOS ENTRE A HISTÓRIA, O CONHECIMENTO E O PODER

*Fazer história no Brasil, fora dos marcos oficiais, é uma prova de coragem. São muitos os assuntos proibidos e muitos os heróis sagrados das classes dominantes. Difícil é resgatar as raízes dos verdadeiros construtores do País*

A História no Brasil é um ramo problemático das ciências sociais. Não por imprecisão conceitual ou metodológica, mas pelas barragens culturais e políticas que a pressionam e dificultam a sua legitimidade. Há uma distância imensa entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e a necessidade e exigências que as classes dominantes impõem aos historiadores “oficiais”, ideólogos dos valores, interesses e necessidades do atual tipo de sociedade.

Durante a época do Império escravista, que vai da nossa Independência até 1889, temos uma historiografia orgânica desse modo de produção (o escravismo), produzindo uma história que defendia e/ou justificava os privilégios da classe senhorial, afirmava que o escravismo era um modo de produção eterno, imutável e de acordo com as leis divinas. A partir do segundo Imperador, esses historiadores passam a auferir benesses e privilégios desse tipo de sociedade. Essa produção era a munição que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil distribuía, como verdade inapelável, sendo todos os seus membros, ou, pelos menos, os mais influentes, respaldados generosamente por D. Pedro II.

Para uma rápida compreensão do que estamos afirmando, vejamos o seguinte quadro do status social dos principais historiadores daquela época: Domingos Gonçalves de Magalhães era Visconde de Araguaia; Manuel de Araújo Porto Alegre era o Barão de Santo Ângelo e Francisco Adolfo Vamhagen, o pontífice da historiografia da época, era Visconde de Porto Seguro.

Não apenas pelos títulos de nobreza esses historiadores eram chamados de os áulicos da corte, mas também por vantagens que auferiam para poder realizar suas pesquisas proporcionadas pelo governo monárquico-escravista.

Se não vejamos: Vamhagen foi adido de primeira classe de nossa diplomacia em Lisboa, nomeado em 18 de maio de 1842 por sugestão de Vasconcelos de Drummond e influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo, depois, viajado pela Europa e outras regiões através de comissões e outros recursos do governo imperial; Gonçalves Dias foi incumbido, pelo mesmo governo imperial, em 1851, de copiar documentos em estados brasileiros e, em 1854, encarregado de estudar a educação primária e secundária na Europa, onde pesquisou em vários arquivos; João Francisco Lisboa, em 1856, assumiu a responsabilidade de pesquisar os arquivos de diversos países; Joaquim Caetano da Silva é encarregado da legação brasileira em Haia, onde fez pesquisas em arquivos holandeses; Ramiz Galvão é comissionado pelo governo imperial para estudar a organização das bibliotecas europeias; José Higinio também é enviado para pesquisar arquivos, isto sem nos referirmos a outros como Oliveira Lima e Norival de Freitas, todos financiados pelo governo imperial de diversas maneiras, inclusive através de verbas particulares do próprio imperador, que as repassava ao Instituto Histórico e Geográfico.

Nunca o axioma “quem tem o poder dá o saber” foi tão ajustado a uma realidade como no Brasil imperial, equiparando-se, no particular, à realidade montada por Frederico II na Alemanha e Catarina II na Rússia. O “rei filósofo”, como era chamado o Imperador D. Pedro II, através de mecanismos algumas vezes sutis, outros abertamente impositivos, controlava a *intelligentsia* da época, especialmente os historiadores. Era uma visão política, na área cultural, que devemos

reconhecer como maquiavelicamente eficiente em D. Pedro II.

Sabedor de que os historiadores plasmam o ethos cultural de uma nação, centrou sua atividade de controle e desenvolvimento dessa produção historiográfica, condicionando-a à ideologia do Império escravista, através da concessão de facilidades aos seus produtores.

No particular, o historiador Geraldo M. Coelho escreve:

“acredito poder situar, dentro dessa perspectiva, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição e o papel que ocupou na sociedade brasileira do século XIX, assim como o tipo de história que elaborou, operou no sentido de produzir e reproduzir uma fração da ideologia da classe dominante brasileira e, a partir do conceito de ideologia, a história integraria uma forma mais ampla de como a classe dominante explicava sua posição no sistema de classes. Assim, os intelectuais que se organizavam em tomo do IHGB, atuando em nível de superestrutura, produziram um modelo de historiografia - a história oficial - que consagrava o sistema de dominação existente no Brasil, fazendo com que essa produção intelectual exercesse uma ação de retomo sobre a estrutura. (...) O IHGB, na condição de aparelho ideológico do Estado, desenvolveria uma atividade intelectual - a produção da história integrada na ideologia da classe dominante dos proprietários rurais do Brasil do século XIX”<sup>1</sup>.

## **A história oficial decreta Caxias como herói e Zumbi como anti-herói**

Proclamada a República, esse polo único e centralizador de dominação ideológica irá se diversificar, mas, de qualquer maneira, os polos de dominação da produção historiográfica, embora havendo novos elementos que irão permear essa dominação, continuarão nas mãos do Estado, no fundamental.

Os cargos burocráticos passam a ser distribuídos entre o Itamarati e outros departamentos do estamento burocrático, magistério ou sinecuras políticas ocasionais. Com isto, a produção histórica se diversifica, com João Ribeiro, Euclides da Cunha, Sílvio Rome-

---

<sup>1</sup> COELHO, Geraldo M. *História e ideologia, o IHGB e a República*, Universidade Federal do Pará, 1981, p. 10-11.



ro, mas o caráter elitista continua, mesmo havendo algumas vozes que não aceitavam a condição passiva de intelectuais orgânicos do sistema. Daí por que o julgamento de valor de quase todos eles em relação aos fatos e heróis continuará sendo o mesmo estabelecido pelos historiadores do Império. Esses heróis “oficiais” continuam sendo Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho, Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel, Barão de Cotegipe, Feijó, Barão do Rio Branco e, também, Deodoro da Fonseca e os demais participantes do golpe militar republicano.

Por outro lado, continuam a ser anti-heróis Zumbi, os heróis da Revolta dos Alfaiates na Bahia de 1798 (Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira), assim como, também, outros heróis populares como frei Caneca, Elesbão Dandará, Luís Sanim, Pacífico Licutã e os demais líderes do movimento insurrecional de 1835 em Salvador, além de Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Padre Roma, Preto Cosme, Padre Miguelinho, Sórora Joana Angélica e todos aqueles que constituem o grande painel de heróis sem monumentos, mas que desarticularam as estruturas de poder em vários momentos da nossa história. Eles não são considerados heróis porque o seu heroísmo passa pela áspera estrada dos derrotados.

A nossa “história oficial” seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. Com isto, os produtores dessa historiografia fazem-na ter uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento.

## **O conceito de Pátria se toma uma ficção manipulada pelos poderosos**

O conceito de Pátria é, por isto, manipulado constantemente por esses produtores da história. Mas, para eles, defender a Pátria é defender o status quo em toda a sua plenitude e através de todos os meios. Defender a Pátria é, historicamente, esmagar a República

de Palmares; é esmagar a República Pernambucana de 1817; a Inconfidência Baiana; a Sabinada; a Cabanagem; a Balaiada; Canudos e Contestado; os Mukers; as revoltas escravas; a Revolução Praieira; o movimento da Aliança Nacional Libertadora e os guerrilheiros do Araguaia.

Este conceito de Pátria é, portanto, abstrato e não se concretiza em uma visão política nas camadas populares que o desconhecem. Em um programa na TV Cultura de São Paulo, do qual participamos, o repórter de rua perguntou a uma criança “o que era Pátria”. Ela respondeu: - a parada do dia, os soldados marchando...

Ora, de fato, para uma criança do Brasil, carente de educação, alimentação, família estável, bem-estar e lazer, a Pátria somente se materializa no dia 7 de setembro, através de uma demonstração de força militar. Porque ela inexistente, não se materializa, não se corporaliza e se manifesta para o cidadão em qualquer outro nível. É apenas uma ficção, pois os seus indicadores concretos são concedidos aos privilegiados, ficando para os pobres apenas uma pátria simbólica.

Para manter esse conceito marcial de pátria, as classes dominantes e os grupos militares, como estamentos de sustentação política, criam “áreas proibidas da história” com limitações, fronteiras e sanções para quem as transgredir.

Há, sub-repticiamente, uma institucionalização da história. A produção dos historiadores deve ser condicionada a diversos padrões de julgamento para ser aprovada. Não vamos nos estender, aqui, como essa produção é preconceituosa em relação aos heróis da transformação, às mulheres, aos negros e a outras camadas e segmentos ou minorias da nossa sociedade. Vários trabalhos já foram feitos nesse sentido e não é este o momento para uma análise exaustiva dos mesmos. O certo é que aqueles que obedecem ao grande projeto institucional conseguem circular, enquanto outros, que têm a coragem de transpor a fronteira do proibido, sofrem as sanções dos controladores do saber histórico no Brasil.

Os assuntos proibidos mais recentes, ou a revisão radical, por parte dos historiadores, dos heróis do passado e a participação da plebe como agente dinâmico no processo de mudança estrutural

são sistematicamente congelados pelos detentores do poder-saber no Brasil.

Exemplos: a Guerra do Paraguai, a atuação de Caxias na mesma. Outros exemplos poderiam ser acrescentados, mas em um pequeno artigo estes são suficientes. Quando os fatos são mais próximos, esse complexo de elementos inibidores fica mais atuante e fatos como o movimento “constitucionalista” em São Paulo, de 1932, a chamada “intentona comunista” de 1935, afirmações de técnicos estrangeiros de que no Brasil não havia petróleo, e outros, também significativos, são esquecidos ou negados pelos historiadores oficiais.

## **Exemplos do poder em luta constante contra o saber e a História verdadeira**

No particular, queremos nos reportar a alguns fatos relacionados com autores que escreveram fora da bitola oficial sobre alguns problemas que deviam ser silenciados. Um deles é a revolta dos marinheiros liderados por João Cândido em 1911. Como se sabe, esses marinheiros lutavam contra as condições iníquas, impostas a eles, na sua esmagadora maioria composta de negros; lutavam contra os castigos corporais por indisciplina, isto é, serem chibateados como nos tempos da escravidão. Não vamos narrar, aqui, a epopeia desses marinheiros, mas as conseqüências para aqueles que escreveram sobre o fato, não ao lado da Marinha, mas dos marinheiros.

Vamos nos referir a três exemplos dos que se arriscaram a escrever sobre a Revolta da Chibata. Edmar Morei, na década de 1950, publicou um livro-documentário mostrando o código disciplinar desumano da Marinha, dando razão aos marujos que contra ele se insurgiram. O livro alcançou repercussão internacional e o autor teve os seus direitos civis cassados com o golpe militar de 1964.

Outro que tentou escrever sobre o mesmo assunto foi Aparício Torelli (Barão de Itararé), político e humorista que dirigia no Rio de Janeiro o jornal *A Manhã*. O seu artigo foi considerado ofensivo à honra da Marinha e alguns dos seus membros o sequestraram e o espancaram barbaramente, sem que houvesse nenhuma punição para os criminosos. No dia seguinte ao sequestro-espantamento,

Aparício Torelli afixou um cartaz no lado exterior da porta do seu escritório onde se lia: “Entre sem bater...”

Finalmente temos o caso do poeta francês Benjamin Peret. Chegando ao Brasil, entusiasmou-se com o episódio da revolta da Armada, liderada pelo marinheiro João Cândido. Em consequência, levou tempos pesquisando sobre o assunto e escreveu um livro narrando fielmente os acontecimentos. Foi o bastante para que elementos da Marinha invadissem a tipografia onde o livro estava sendo impresso, destruíssem os originais e a composição e, em seguida, prendessem o seu autor. Peret ficou encarcerado até que a intelectualidade brasileira procurou interceder por ele junto ao governo de Juscelino. Mesmo assim, foi expulso do país como subversivo e agitador.

Por outro lado, na década de 1960, os historiadores Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Néelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro C. Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem Cesar Fernandes elaboraram e executaram o projeto História Nova do Brasil. Não era sequer uma obra marxista, mas procurava inverter certos julgamentos alienados da história marcial do poder. Com o golpe militar de 1964, não só a obra foi recolhida, como os seus autores presos, pois todos eles eram subversivos, no pensamento dos milicos que compunham o IPM encarregado do processo. E como subversivos foram julgados. E ridículo o episódio se não fosse, também, uma violência ao direito de a Inteligência criar e informar.

Nas circunstâncias político-institucionais do Brasil, fazer, ou melhor, refazer a história implica, também, um ato de coragem. Por exemplo, a *História Militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré foi recolhida porque registrava fatos que a nossa história marcial não permite. Tanto esse livro como a *História Nova do Brasil* estão “interditados para todo o território nacional”.

Há, como vemos, uma instituição invisível que censura, castra, reprime ou inibe a publicação de livros ou artigos que procuram repor, em primeiro plano, a ação dos oprimidos como agentes dinâmicos do processo social.

Exemplo disto foi a sanção sofrida da parte das elites militares pelo cronista Lourenço Diaféria, por haver escrito uma crônica le-

vemente irônica em relação à estátua do Duque de Caxias, existente em São Paulo. Foi condenado à prisão sem que o direito à liberdade de imprensa e de expressão pudesse defendê-lo da truculência político-militar.

Tudo isto mostra — de forma muito sintética, mas, ao que nos parece, convincente — que fazer história e, por extensão, ciências sociais fora dos quadros institucionais e da visão marcial do poder, é um ato de coragem, também.

# POPULAÇÃO E MISCIGENAÇÃO NO BRASIL

Vamos agora situar historicamente o problema que decorreu em consequência dessa situação da Metrópole colonizadora e o Brasil e, em seguida, analisar as ideologias de rejeição étnica e social criadas pelo aparelho de dominação aqui implantado, que era uma extensão daquele existente em Portugal. Procuraremos, também, demonstrar como esse aparelho de dominação determinou e influenciou poderosamente sobre a situação onde essas populações descendentes desses segmentos étnicos historicamente dominados estão situadas atualmente, imobilizadas ou semi-imobilizadas no sistema sociocultural existente no Brasil.

O problema de uma nação-país ou área que se formou após a expansão do sistema colonial e teve como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sócio-racial — ou seja, da população nativa, da dominadora-colonizadora e daquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo — deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado; os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador; e a ideologia justificatória que essa estrutura de denominação produziu.

Nos países poliétnicos, formados em consequência dessa expansão do colonialismo, essas populações foram alocadas inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o status e a função de cada uma no processo de trabalho e o seu nível de valorização social e étnica. Dessa forma, não houve uma distribuição populacional horizontal,

igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas pelo colonialismo se diversificavam internamente e ficavam estruturalmente mais complexas. Essa distribuição populacional realizou-se dentro de padrões normativos étnicos impostos pelas metrópoles.

Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e status, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social.

Podemos dizer que, com isto, ficou estabelecido que na sua base estava a população escrava inicialmente das etnias nativas e posteriormente das populações trazidas da África e os seus descendentes. Nas camadas intermediárias as diversas formas de mestiçagem e, finalmente, a população composta dos colonizadores que ocupavam o seu cume.

Em segundo lugar, queremos demonstrar como essas populações etno dominadas iriam praticamente ser imobilizadas e ainda como foram estabelecidos mecanismos imobilizadores e inibidores para essas camadas etnicamente inferiores que, ao mesmo tempo, se multiplicavam via miscigenação. Por outro lado, todo o sistema administrativo, militar e religioso era também estruturado para ser a reprodução daqueles valores de dominação étnica que a cada grupo miscigenado era concedido pelo colonizador.

Contudo, a miscigenação (fato biológico) não criou uma democracia racial (falo sociopolítico). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barganha e sanções religiosas e ideológicas. Esse conjunto de elementos e estratégias inibidoras determinava o imobilismo ou semimobilismo social, cultural e político das vastas camadas, isto porque os espaços sociais que davam status econômicos ou de prestígio social ou cultural lhes eram vedados, pois esses mecanismos de seleção étnica compulsórios reproduziam os níveis de poder econômico, social e cultural das estruturas de poder dominadoras que representavam os interesses da classe senhorial local e da Corte e o poder do Estado português.

No Brasil historicamente podemos dizer que a população do colonizador, ou seja, portuguesa, foi sempre até o século XIX menor do que as etnias dominadas (índias e africanas e seus descendentes) e, em consequência, o aparelho de dominação quer militar, quer ideológico teria de ser violento, porque era uma simples continuação do aparelho do Estado português. O Brasil não possuía Estado próximo. Isso, portanto, fazia parte da mecânica defensiva do sistema colonial escravista, dirigido, em última instância, pelo Estado de Portugal. Por isso mesmo, essa minoria conseguia dominar. Quanto à população portuguesa inicial e o seu desdobramento demográfico posterior, escreve Artur Ramos:

“Na sua viagem ao Brasil Spix e Martius conseguiram que antes da chegada do rei, a população do Rio de Janeiro podia ser calculada em 50.000 almas, sendo o número de habitantes de cor superior à dos brancos. De 1808 a 1817 vieram da Europa 24.000 portugueses, além de bom número de franceses, suecos, alemães e italianos, aqui estabelecido depois da abertura dos portos, como negociantes, técnicos e artesões ou simples operários. A população total do país podia ser calculada em mais de quatro milhões de habitantes pelas alturas de 1819”.

Esse fluxo lusitano que representava a estrutura de poder dominante inicial — ainda segundo Artur Ramos — sempre em minoria étnica, detinha, no entanto, o controle sobre a população poliétnica numericamente superior. De acordo com ele, “segundo dados do Departamento Nacional de Imigração, de 1884 a 1944 apenas 1.227.304 indivíduos de nacionalidade portuguesa entraram no Brasil”.

A população branca inicial — minoritária em relação ao contingente demográfico de índios, negros e mestiços, conforme veremos depois, mais politicamente dominante — é que se miscigenará com essas etnias não-brancas, majoritárias mas dominadas. O seu status de dominação quer no setor administrativo, que representava o poder da Metrópole dominadora, quer no militar e econômico, patrimonial ou social, constituía a estrutura de poder. Essa estrutura exerceu os mecanismos de dominação selecionadores, criou barreiras de dominação étnica, estabeleceu as formas de julgamento



de brancos e não brancos, de homens livres e escravos, conseguiu evitar que existisse qualquer forma significativa de ascensão dos escravos (índio e negros) que não fosse extralegal, através das guerras dos índios contra os invasores e dos quilombos negros, insurreições e guerrilhas por parte destes últimos. As alforrias não chegavam a compor uma variável ponderável nesse contexto. Por outro lado, a Metrópole privilegiou os dominadores via estratégia de concessão de terras. Até hoje, através dessa estratégia do monopólio inicial da terra e de poder os descendentes das suas linhagens não sofrem nenhum processo significativo e desarticulador, nenhum processo de compreensão jurídica, social e cultural capaz de desarticulá-los estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônio e status quase inalteráveis no polo dominador”.

Quanto ao índio, particularmente, o primitivo habitante, a sua trajetória é bem diferente do grupo português que chegou como dominador. Se fizemos uma estimativa de 4 milhões de índios na descoberta — há quem estime em muito mais — o processo foi o inverso. Segundo Darcy Ribeiro, depois da fase genocídica da ocupação, de 1900 até 1957 extinguiram-se 87 grupos tribais como comunidades étnicas. Mais de 30% das tribos desaparecidas pertencem a zonas que foram conquistadas pela economia pastoril e 45% pela economia extrativa (grupos caucheiros, seringueiros, castanheiros e outros coletores de produtos florestais).

Atualmente esse extermínio prossegue através de grupos de garimpeiros representantes de empresas transnacionais. Os índios destribilizados que se incorporaram aos camponeses pobres também são perseguidos, expulsos das terras ou assinados.

A partir da época assinalada por Darcy Ribeiro uma política *desenvolvimentista* e de *modernidade* fez com que as coisas se agravassem ainda mais. As fronteiras avançam, vão ocupando terras indígenas, assassinando caciques e procurando, muitas vezes, incluir os índios em projetos econômicos predatórios e antiecológicos que objetivam extrair as riquezas do subsolo daquelas terras.

Sobre essa situação escreve Dalmo de Abreu Dallari:

“A invasão de terras indígenas e a passividade do órgão governamental de proteção ao índio estão ligadas à visão desenvolvimentista, que não dá qualquer valor à pessoa humana, não leva em conta que os índios têm direitos de cidadãos e jamais admitiu a hipótese de fazer o desenvolvimento econômico com o índio e não contra o índio. Os invasores de terras são, às vezes, meros aventureiros audaciosos que pretendem obter riqueza rápida de qualquer modo. Outras vezes são empresas de aparência respeitável, com amplos recursos técnicos e cálculos muito precisos quanto ao proveito econômico que poderiam tirar do solo ou do subsolo da terra dos indígenas. Mas em todos os casos a invasão é estimulada pela quase certeza, baseada na experiência, de que não haverá grandes obstáculos, pois o índio não dispõe de recursos para agir sozinho e a Funai tem autonomia limitada, estando limitada aos objetivos do governo”.

A essa expansão civilizadora, para Darcy Ribeiro,

“três são as reações possíveis dos indígenas. A fuga para territórios ermos, com o que apenas adiam o enfrentamento. A reação hostil aos invasores, que transtorna toda a vida tribal pela imposição de um estado de guerra permanente em que o funcionamento de muitas instituições se torna inviável e outras têm de ser dramaticamente redefinidas. A saída final é a aceitação do convívio porque este representa efetivamente, uma fatalidade inelutável. Nela cairá necessariamente cada tribo, seja ao fim de longos períodos de fuga ou de prolongada resistência afinal tomada impraticável, assente na esperança de controlar a situação”.

Sem quereremos fazer uma análise estrutural e dinâmica do assunto, desejamos destacar como, hoje, os mecanismos de inferiorização étnica criados pelos primeiros colonizadores ainda exercem a sua estratégia através de outras formas de controle e sujeição capazes de manter a população indígena lesada e inferiorizada. Com isto, aquilo que se chamou *processo civilizatório e que antes se chamava catequese e evangelização* dos povos pagãos manteve os remanescentes das antigas populações indígenas reduzidos a apenas 185 mil (1982), marginalizados e subalternados.

Queremos salientar, porém, que as tribos sobreviventes estão, no momento, reavivando a sua identidade étnica, fato que determina

um nível de consciência dos seus direitos etnopolíticos bem mais dinâmicos e abrangentes. Contudo, esse renascimento da consciência será combatido e possivelmente neutralizado por estratégias de controle das atuais estruturas de poder e oligarquias territoriais. A chacina ocorrida em 28 de março de 1988 de 14 índios em Ticuna, no Igarapé Capacete, através de uma ação organizada pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, mostra como a estratégia genocídica do tempo do descobrimento, embora modernizada continua no seu dinamismo. A Funai, ao invés de tomar medidas de proteção e punição, demitiu os professores índios que denunciaram a chacina. Em agosto de 1988 os criminosos foram postos em liberdade por sentença do tribunal de Recursos.

# O RACISMO COMO ARMA IDEOLÓGICA DE DOMINAÇÃO

*Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação.*

Sobre o racismo, um dos temas mais polêmicos, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno, concentram-se opiniões contraditórias, que discutem, em vários níveis, as consequências de sua prática. A discussão sobre as diversas formas de sua atuação, significado e função vem sempre acompanhada de uma carga emocional, o que demonstra como a polêmica que se monta em torno de seu significado transcende em muito as questões acadêmicas, para atingir um significado mais abrangente, de ideologia de dominação. Somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente.

Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa portanto uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a

sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais.

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico mas, também, ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário, superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação. Lapouge, um dos teóricos, dizia: “Estou convencido de que no próximo século milhões de homens se matarão por um ou dois graus do índice cefálico”. Isto foi escrito em 1880. O que este teórico do racismo queria expressar eufemisticamente é que a humanidade travaria a maior guerra de sua história e que as diferenças raciais seriam um dos pretextos ideológicos de que os agressores lançariam mão para justificar a conquista de territórios colonizáveis.

É uma constante o traço *antropológico* estar embutido na crista da ofensiva racista de dominação. Com isto não queremos dizer que toda antropologia é racista. Pelo contrário. Mas o que acontece é que a divulgação que se faz desta ciência, especialmente para a opinião pública leiga, é neste sentido. A expressão de Lapouge teve contestadores, mas o que se viu foi a florescência progressiva desta posição no final do século XIX e início do XX, a ponto de fazer com que milhões de pessoas dela compartilhassem. O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma

justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens”, que por isso mesmo seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”.

O racismo larval que encontramos em todos os povos antes da aventura colonialista passa a revestir-se de uma roupagem científica e ser manipulado como se ciência fosse. No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referimo-nos ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra invocando argumentos “científicos”. Antes do aparecimento do capitalismo,

“...as tentativas que foram feitas para justificar a dominação europeia sobre os indígenas eram fundadas em crenças sobrenaturais. Como os europeus eram cristãos, ao contrário dos povos submetidos, nada mais lógico e natural de que o Deus todo-poderoso dos cristãos recompensasse os seus adeptos. Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e em seguida os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que este conceito puramente biológico chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a ideia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação. Nessa teoria universalmente aceita, a dominação europeia encontrou a forma de justificar-se que estava procurando. Já que os brancos haviam conseguido mais êxito que as outras raças, tinham de ser, *per si*, superiores a elas. O fato de que esta dominação tinha data muito recente foi justificado alegando-se que o europeu médio não tinha perspectiva mundial, assim como os outros argumentos que procuravam demonstrar que as raças restantes ocupavam na realidade uma posição inferior na escala da evolução física”<sup>1</sup>.

É exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto que o

---

1 Linton, *R Estudio del hombre*. México. Fondo de Cultura Econômica, 1942, p. 59.

racismo se apresenta como corrente “científica”. *Surge então a ideia de raça como chave da história*. Ela aparece exatamente na Inglaterra com Robert Knox (*Races of Men*, 1850) e na França com Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*). Para Alan Davies,

“...do primeiro surgiu o mito do gênio racial saxão — mais tarde anglo-saxão — e do último surgiu o mito do gênio racial ariano; mas ambos os mitos eram variantes do tema geral da superioridade branca europeia sobre os não-brancos. Sua gênese foi política. Knox procurava provar que o homem saxão era ‘democrata por natureza’ e por isto o futuro dominador da terra. Gobineau, por outro lado, não gostava da democracia e procurou provar que o seu surgimento era um sinal certo de decadência e da morte iminente da civilização. Em ambos os casos as raças não-brancas eram relegadas a uma posição inferior como símbolos dos elementos primitivos e não-criativos na natureza humana”<sup>2</sup>.

Deduz-se, portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado — da forma como o entendemos atualmente — um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não foi por acaso que ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular.

Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus. As populações autóctones não tinham direito aos territórios onde viviam por serem primitivas; e às africanas, que já sofriam a maldição bíblica de Cam, juntava-se agora seu atraso biológico, sua semelhança e proximidade com os mais primitivos espécimes da raça humana, quer dizer, eram antropóides que se desviaram de sua árvore genealógica. Com isto, o chamado processo civilizatório tinha o respaldo da ciência. A afro-América, que compreendia, no

---

<sup>2</sup> Daves. Alain “A ideologia do racismo”, in *A Igreja e o racismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982, pp 18-19.

século XVIII. o Caribe (Antilhas, Guianas), e grande parte da América espanhola continental (costa do Peru, partes do que são hoje a Venezuela e a Colômbia) já estavam inteiramente dominadas, e a justificativa para sua dominação era a mesma: a incapacidade inata (biológica) que os nativos tinham para se civilizarem.

Toda essa população nativa ou compulsoriamente trazida da África fazia parte de uma massa sem história, sem máscara, sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória. Já no início do século XIX os teóricos racistas substituíram as explicações um pouco vagas por explicações “científicas”, como já foi dito, enquanto as demais áreas da Ásia, África e Oceania eram ocupadas com o mesmo pretexto.

Foi a época áurea da antropometria, quando Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages desenvolviam pesquisas no sentido de saber se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os *nórdicos* eram superiores aos *alpinos* ou, como queria Levi, se os *mediterrâneos* eram superiores a outras “raças” europeias. Tais conclusões eram baseadas em pesquisas históricas: na mensuração de crânios e esqueletos; na medição de índices cefálicos; e na capacidade craniana de cada grupo pesquisado. Tudo isto, no entanto, representava, em última instância, as contradições e os conflitos das nações europeias em luta pela dominação continental. Convém notar que alguns deles, como é o caso de Gobineau, chegaram às suas conclusões antes de terem lido *A origem das espécies*, de Darwin, que surgiu em 1859 e deu novo alento a essas hipóteses com sua teoria da “sobrevivência do mais apto”, criando a escola do darwinismo social. Como diz uma antropóloga. “havia-se descoberto uma razão ‘científica’ que santificava o velho axioma ‘o poder faz o direito’”.

Por outro lado. entrava-se na época aguda do colonialismo e das disputas pelos territórios conquistados ou a serem conquistados. Afirmou Ruth Benedict:

“O racismo converteu-se em grito de guerra durante este período nacionalista. A pátria, que necessitava de uma palavra de ordem aglutinadora, se outorgou um pedigree e um vínculo que levava a que qualquer homem podia compreender e sentir-se orgulhoso



dele. O racismo foi, a partir daí, uma babel de vozes diferentes. Os franceses, os alemães, os eslavos, os anglo-saxões, todos produziram literatos e políticos consagrados a demonstrar que, desde o princípio da história europeia, os triunfos da civilização devem-se exclusivamente à sua ‘raça’<sup>3</sup>.

Como se vê, essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto — o *branco* que passa a se contrapor ao restante das populações não-civilizadas, dependentes e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o *nórdico*, o *alpino*, o *mediterrâneo*, que passam a ser, de modo genérico, componentes da *raça branca*. E esta raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos.

A partilha da África, feita por Bismarck na Alemanha, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, criou uma trégua entre as nações conquistadoras, e com isso o mundo ficou dividido entre os brancos civilizados europeus e os povos não-brancos “bárbaros” e “selvagens”.

## **Civilizados que mandam e bárbaros que obedecem**

Ordenado o colonialismo, através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas reuniões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham a multidão de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos construíram, estruturaram e dinamizaram.

---

3 Benedici. Ruth. *Raza: ciência y política. México*. Fondo de Cultura Económica, 1941, p. 26.

As explicações eram fáceis e já vinham pré-fabricadas pela sociologia antropológica desenvolvida na Europa para dar aparência de verdade científica ao crime. A própria opinião pública liberal ou pretensamente humanista europeia achava essa espoliação natural e defendia o direito dos ditos civilizados de tutelarem os povos colonizados. Renan, neste sentido, escreveu:

“A regeneração das raças inferiores pelas raças superiores está dentro da ordem providencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre renegado, sua mão pesada é mais acostumada ao manejo da espada do que ao utensílio servil. Prefere bater-se a trabalhar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. *Regem império populos*, eis a sua vocação. Derramai esta devorante atividade sobre os países que, como a China, concitam a conquista estrangeira. Dos aventureiros que desinquietam a sociedade europeia, fazei um *versacrum*, um enxame como dos francos, dos lombardos, dos normandos, e cada qual estará no seu papel. A natureza gerou uma raça de operários — é a raça chinesa — duma maravilhosa destreza de mão e quase nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe pelo benefício de tal governo um amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra é o negro, sede para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os chineses e ela revolta-se. Entre nós todo o revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou de vocação, um ser feito para a vida heroica e que constrangeram a uma tarefa contrária à sua raça, mau operário, soldado bom demais. Ora, a vida que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade de um chinês, dum *fellah*, seres de maneira alguma militares. ‘Que cada um faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem’<sup>4</sup>.”

Os europeus — *arianos, mediterrâneos, alpinos* etc. — neste contexto eram os *brancos*. A grande massa de povos colonizados era a população indistinta, e o denominador que as igualava era a vocação de servir, trabalhar para os *brancos*, que tinham o dom divino e biológico de governá-la.

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado na sua função instrumental.

---

<sup>4</sup> Citado por Aimé Césaire in *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Sá da Cosia, 1974

As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes. incurávelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco, que por esta razão permanece subdesenvolvido.

A teoria do pensamento pré-lógico desses povos, criada por L. Levy Bruhl, condenava-os a uma posição de dependência circular, porque eram atrasados em consequência de sua própria estrutura psicológica. sendo refratários e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosos. Estabelecia-se, assim, uma divisão estanque entre os povos dominados e os dominadores, pois esse pré-logismo impedia-os de passar da economia natural para a economia monetária (lógica) levada pelos dominadores<sup>5</sup>. Neste sentido, K. Marx e F. Engels escreveram, em 1848:

---

5 Aceitando a teoria de L. Levy Bruhl como científica, o escritor Jamil Halmansur Hadad assim procura caracterizar o homem brasileiro '...o caráter primitivo do (brasileiro) aparece às vezes com outros nomes, porém ao primitivismo podem ser reconduzidos muitos dos gestos e taras nacionalmente citados. (...) Acabamos por verificar no Brasil e pelos tempos afora um dos traços da mentalidade primitiva classicamente apontados em Levy Bruhl a dificuldade de acreditar no invisível. O próprio Deus se viabiliza como as almas dos familiares: daí a difusão extrema do espiritismo, principalmente prestigiadas as sessões de materialidade (...) O mesmo conceito poderia ter sido formulado por um Anchieta entre os nossos selvagens. Daí que desde os primórdios da nacionalidade, os elementos religiosos passaram a hibridar-se poderosamente de estratos profanos. E não só com os índios antropófagos como com brasileiros urbanos e civilizados. (...) Aponta Levy Bruhl no primitivo: a ausência em princípio de qualquer sentido de ligação causal profunda. Aí a gênese de todo o nosso tremendo repositório de superstições e milagres: as salas cobertas de ex-votos feitos de cera, pernas, pescoços e olhos às vezes sangrando, outras com tumores. (...) Manifestações de primitivismo no predomínio do exterior sobre a essência: o sestro do fog de artifício, do aparato, do farol. (...) O que impressiona fundamentalmente a Ewbank são os nossos fogos de artifício. Rojões e buscapés num esplendor ígneo de fazer o norte-americano babar. (...) Imaginemos que, se se disser que somos realmente o país do farol, isto corresponderá a uma validade das mais estranhamente arraigadas da nossa psique mais íntima e mais tradicional. Preponderância do acessório em relação ao substancial. E do exterior em detrimento do profundo. Da cortiça em detrimento da medula... Amor portanto ao esplendor efêmero da fascinação inteiramente rápida, ofuscante mas transitória. E que marca todas as vicissitudes de nossa vida nacional' (Hadad, Jamil Halmansur "Ewbank e a sua descoberta do Brasil", in *Anbemi*, ano VII. n.º 78, maio de 1957 pp. 496-504.)

“...devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotar o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem.”<sup>6</sup>

O imperialismo multiplica as formas do racismo, “moderniza-o” na medida em que há necessidade de uma arma de dominação mais sofisticada. Segundo a teoria de L. Levy Bruhl, como éramos pré-lógicos, os movimentos de libertação que se dinamizavam nas regiões colonizadas ou dependentes não eram políticos, mas etnocêntricos, chauvinistas, xenófobos, nacionalistas ou messiânicos, ou seja, eram movimentos pré-políticos. Embora o conceito de movimentos pré-políticos tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista — E.J. Hobsbawm — acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos, seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo: a luta de Zapata e Pancho Villa, no México; a de Sandino, na Nicarágua; o movimento camponês de Pugachov, na Rússia; todos os movimentos de libertação da África, como o kin-

---

<sup>6</sup> Marx. K e Engels. F. *Le manifeste communiste*. Paris, Alfred Costes, 1935. p. 62. Evidentemente, quando Marx e Engels usam o termo ‘bárbaro’ não há nenhum julgamento de valor na expressão. Referem-se a uma fase de periodização da civilização segundo o marxismo. É uma fase pré-capitalista, que Engels dividiu em três períodos: barbárie inferior, que se inicia com a introdução da cerâmica; a fase média, que começa com a domesticação de animais e, no Oeste da Europa, com o cultivo de hortaliças por meio de irrigação e pelo emprego do tijolo (secado ao sol) e da pedra nas construções; e a fase superior, que se inicia com a fundição do minério de ferro e passa à civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego nos registros literários. Nada tem a ver, portanto, com a conotação pejorativa que as nações capitalistas colonizadoras davam àqueles povos que eram por ela colonizados. Era uma classificação objetiva baseada na etapa do desenvolvimento cultural. Uma das etapas pré-capitalistas da evolução da humanidade. (Ver Engels, F: ‘A origem da família, da propriedade privada e do Estado’, in Marx. K. e Engels, F., *Obras escolhidas*. São Paulo. Alfa-Omega. s/d; e Terry. Emmanuel: *O marxismo diante das sociedades ‘primitivas’*. Rio de Janeiro. Graal. 1979.)

ganbista, incluindo os Mau Mau e o de Lumumba. Tudo seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo, e seria descartada sua essência política. Os povos “inferiores” não tinham condições de entrar no sentido universal da história, eram a-históricos. Com isto justificava-se a repressão contra eles e os seus líderes. Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e “normais”, não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do “sentido” da civilização. As próprias lutas de libertação nacional eram (como acontece até hoje) consideradas revoltas intertribais, movimentos atípicos e perturbadores do processo civilizatório. Não tínhamos acesso à história, à civilização e à igualdade de direitos. A nossa inferioridade congênita e inapelável — biológica e psicológica — nos reduzia a satélites do processo civilizatório.

### **A questão racial é essencialmente política e não apenas científica**

Tudo isto era respaldado por uma intelectualidade que se apresentava como tutora do conhecimento, do saber e, ao mesmo tempo, assessora dos mentores metropolitanos.

Como vemos, a chamada “questão racial” não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação *política*, da modificação dos polos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. É uma situação que ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural.

No caso da América Latina, o racismo, como *ideologia do colonialismo*, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal “científico” que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a “ulti-

ma palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. No lado oposto expressava-se uma visão democrática e não racista do problema; esta corrente progressista era desacreditada pela *intelligenza* colonizada. O cientista russo Tchernichévski, por exemplo, escreveu que “os escravistas eram pessoas da raça branca, os cativos eram negros; por isso a defesa da escravidão nos tratados científicos tomou a forma da teoria da diferença radical entre as diferentes raças humanas”. E Jean Finot, em seu livro *O preconceito racial*, declarou que “as raças como categorias irreduzíveis existem somente como ficções nos nossos cérebros”. E mais: “as diferenças culturais existem e foram assinaladas neste livro, porém somente são produtos transitórios, como resultado de circunstâncias externas, e desaparecerão do mesmo modo”<sup>7</sup>.

No entanto, essas conclusões anti-racistas eram consideradas heresias científicas. Sílvio Romero, depois de citar o antropólogo alemão Lapouge, endossando-lhe a tese da superioridade do alemão em relação ao francês, escreve sobre o pensamento de Finot:

“Fugir das tolices do russo que se assina Finot, e cujo nome antigo é João Finkelhaus, literato de segunda ordem, ignorantíssimo em antropologia e ciência em geral”<sup>8</sup>.

Mas não era somente Sílvio Romero quem endossava o racismo no Brasil da época. E convém esclarecer que estávamos em pleno processo abolicionista e os escravistas e senhores de escravos tinham, como um dos suportes que legitimava a escravidão, a inferioridade biológica e cultural do africano. Euclides da Cunha, outro importante representante de nossa cultura dominante, repetia o mesmo pensamento racista. Sua posição em relação ao mestiço e ao negro não deixa dúvidas. Estuda o negro afirmando que “a raça dominada (negra) teve aqui dirimidas, pela situação social, as facilidades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humanidade

---

7 Sobre a obra de Finot ver Benedict. R.. op. cit

8 Romero. Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1943. vol 5. p 671.

extrema, sem as rebeldias do índio, o negro teve, sobre os ombros, toda a pressão da vida colonial”<sup>9</sup>.

Para ele o negro é a “besta de carga”, o “filho das paisagens adustas e bárbaras”; Palmares é “grosseira odisseia” e por isto a ação dos bandeirantes destruindo-o foi um benefício à nossa civilização; são “vencidos e infelizes”: o escravo negro é “humilde”, mesmo sendo quilomba, “temeroso”, “aguilhado à terra”: são “foragidos”, a raça é “humilhada e sucumbida”. Para ele a desigualdade racial era um fato provado “ante as conclusões do evolucionismo”. O negro, como vemos, era o componente de uma raça inferior. O índio, por seu lado, não tinha a capacidade de “se afeiçoar às mais simples concepções do mundo”. E, quanto ao mestiço desses cruzamentos, no seu “parêntesis irritante” não há lugar para ele, é um desequilibrado, de um desequilíbrio incurável, pois “não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas”<sup>10</sup>.

A ideologia do colonialismo era e ainda é alimentada por toda uma literatura racista que nos vinha, ou nos vem, das metrópoles colonizadoras, para nos interiorizar através da nossa própria autoanálise.

## **O racismo brasileiro quer um país “eugênico”**

Passada a fase da abolição, com sua conclusão negativa para a população negra, e concluído o golpe militar republicano, com a persistência das oligarquias agrárias, o racismo brasileiro procura novas roupagens “científicas”. Na Europa o racismo entra em ascensão e transforma-se em força agressiva, agressividade que terá a sua conclusão na vitória do nazismo na Alemanha. No Brasil há uma recomposição ideológica do mesmo sentido. Essa tendência racista-elitista de nossa intelectualidade tradicional se revigora.

Na época da ascensão do nazismo e do fascismo, houve aqui no Brasil um trabalho ideológico racista feito pela nossa intelectualidade. Essa divulgação e essa prática concentraram-se na Liga da Higiene Mental, que congregou grandes nomes da ciência. Jurandir Freire

---

9 Cunha. Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1933. passim.

10 Cunha. Euclides da. cp. cit

Costa, autor do livro História da psiquiatria no Brasil, afirmou que o programa dessa entidade tinha como objetivo a intolerância e o obscurantismo. Fundada em 1923 e dedicada à prevenção de doenças mentais, longe de estabelecer uma abordagem científica de doença mental, adotava e enfatizava posições nitidamente ideológicas, elaborando propostas no sentido da adoção apaixonada e integral do arianismo, da superioridade racial, justamente as que prevaleceram na Alemanha nazista. Seus membros mais conspícuos passaram a defender na área profissional, e publicamente, a esterilização e a segregação perpétua de todos os indivíduos considerados loucos ou desequilibrados, segundo os critérios de sua avaliação; daí passaram a pregar o mesmo destino para as pessoas de “raça inferior”, ainda segundo os padrões que adotavam e que definiam como tais os não-brancos puros<sup>11</sup>.

### **Já se quis uma reforma “eugênica” dos salários: maiores para os brancos, menores para os negros**

A pregação da Liga concentrou seus fogos particularmente na imigração: o Brasil deveria, nesse campo, adotar rigorosos critérios seletivos, em que se inseria a condenação à entrada de negros e asiáticos em nosso país — “rebotelho de raças inferiores” alegando que “já nos bastavam os nordestinos, os híbridos e os planaltinos miscigenados com negros”. Xavier de Oliveira, um dos membros da Liga, partidário do que entendia por eugenia, manifestava sua satisfação pela decadência incontestável e pela “extinção não muito remota” dos índios da Amazônia. A condenação ao fim próximo alcançava, também, os mestiços, cuja proibição de entrada no Brasil era recomendada pela liga em 1928. Outra de suas reivindicações: a reforma eugênica dos salários, privilegiando os brancos. Reivindicava também concessão de benefícios econômicos e financeiros às famílias que procriassem indivíduos “superiores”. A mais audaciosa foi a criação de Tribunais de Eugenia, que decidiriam sobre a esterilização e confinamento de membros das raças inferiores. Em 1934

---

<sup>11</sup> Este capítulo é resumo de um trabalho de Nelson Werneck Sodré: *O fascismo cotidiano*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990



a revista *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, editada pela Liga, publicava a lei alemã de esterilização dos “doentes transmissores de taras”, com entusiástica introdução ao seu texto. “O mundo culto”, dizia a publicação, “tomava conhecimento da nova e grande lei alemã de esterilização dos degenerados”. A citada lei, de 14 de julho de 1933 era assinada por Hitler, além de Frick e Gurther, ministros do Interior e da Justiça, respectivamente.

Outro artigo esclarecedor dos *Arquivos* foi aquele no qual o seu autor procurava demonstrar que a Inquisição operara a partir de uma “filosofia eugênica”, pois as suas torturas e sacrifícios “tiveram uma consequência benéfica para a raça”. Em 1934, conta ainda Jurandir Freire Costa, a Liga associava-se à polícia em ações “sempre caracterizadas pela truculência”; a polícia fornecia, confidencialmente, nomes e endereços de alcoólatras, que eram, então, procurados pelos psiquiatras da Liga e internados em hospitais e centros ditos de saúde mental; ali eram submetidos a tratamentos de acordo com os métodos da Liga, que funcionou, ostensivamente, durante três décadas. Nela pontificavam médicos de renome, particularmente psiquiatras: representavam a ciência oficial, isto é, a ciência das classes dominantes, numa época em que o nazismo já se manifestava e apresentava a raça alemã como “raça eleita”.

Entre esses nomes famosos, figuravam Renato Kelil, presidente da Sociedade de Eugenia em 1929; Alberto Farani, presidente da Seção de Estudos de Cirurgia e Sistema Nervoso da Liga de Higiene Mental e chefe do serviço dos ambulatórios de Prolaxia Mental do Hospital Rivadávia Correia; Xavier de Oliveira, docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e médico do Hospital Nacional de Psicopatas.

A época da Liga de Higiene Mental, a década de 20 e a primeira metade da década de 30, surgiram e se ampliaram consideravelmente em nosso país, no campo quase virgem das ciências sociais, as teses de Oliveira Vianna, com uma obra toda ela de cunho racista, elitista e neocolonialista. Assim como aconteceu na época de Silvio Romero, a produção cultural dominante espelhava a alienação social e, conseqüentemente, cultural a qual estava submetida.

A obra de Oliveira Vianna, em particular, é um marco significativo

de como a intelectualidade brasileira deixava-se vergar ideologicamente e refletia em sua produção uma rejeição à sua própria condição de ser humano e social. Esta atitude representava, e atualmente ainda representa, uma negação e/ou fuga de nosso ser étnico, cultural e político, expressa através de uma produção estimulada pelo neocolonialismo; em outras palavras, o imperialismo tecnocrático.

## **Da derrota do nazismo ao aparecimento da Guerra Fria**

Derrotado o nazismo, o pensamento de direita e especialmente o racismo entraram em recesso, e no âmbito das ciências biológicas e sociais houve toda uma rearticulação contra tais ideias. Foi o momento dos grandes pronunciamentos dos antropólogos e sociólogos, que repuseram a questão racial em termos científicos. Em 1950 divulgou-se uma declaração redigida na casa da Unesco por oito dos maiores nomes da antropologia e da sociologia mundiais, entre eles: Juan Comas, do México; Levi-Strauss, da França; Morris Ginsberg, da Inglaterra; A. Montagu (relator), dos Estados Unidos, e L.A. Costa Pinto, do Brasil. Nas suas *Conclusões* diziam:

os antropólogos só podem estabelecer classificação racial sobre características puramente físicas e fisiológicas. No estado atual dos nossos conhecimentos, não foi ainda provada a validade da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate da inteligência ou do temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível de aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos. Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância na determinação das diferenças sociais e culturais existentes entre diferentes grupos da espécie *Homo sapiens*, e as mudanças sociais e culturais no seio de diferentes grupos foram, no conjunto, independentes das modificações na sua constituição hereditária. Vimos produzir-se transformações sociais consideráveis que não coincidem de maneira alguma com as alterações de tipo racial. Nada prova que a mestiçagem, por si própria, produza maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, que alcançam são devido a fatores de ordem social. Todo indivíduo normal

é capaz de participar da vida em comum, compreender a natureza dos deveres recíprocos e respeitar as obrigações e os compromissos mútuos. As diferenças biológicas que existem entre os membros de diversos grupos étnicos não afetam de maneira nenhuma a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Enfim, as pesquisas biológicas vêm escorar a ética da fraternidade universal; pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se este instinto não encontra em que se satisfazer, indivíduos e nações padecem igualmente por isso. O homem é por natureza um ser social, que só chega ao pleno desenvolvimento de sua personalidade por trocas com os seus semelhantes. Toda recusa de reconhecer este laço social entre os homens é causa de desintegração. É neste sentido que todo homem é o guardião de seu irmão. Cada ser humano é apenas uma parcela da humanidade, à qual está indissolivelmente ligado.

Depois deste documento saiu a Declaração de 1951, assinada por um grupo de antropólogos e geneticistas, que ampliava mais analiticamente o texto do primeiro, com as mesmas conclusões. Outro documento da Unesco, e nos parece que o último, redigido em Moscou, ainda é mais enfático na condenação ao racismo.

No Brasil a reação não é diferente. Em 1935 surge o *Manifesto dos intelectuais contra o preconceito racial*, em que se enfatiza o racismo como anticientífico:

“O movimento contra o preconceito racial visa apenas combater as influências estranhas a que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira”.

Assinam o documento, entre outros, Roquete Pinto, Maurício de Medeiros, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Leônidas de Rezende e Joaquim Pimenta. Em seguida podemos citar o Manifesto contra o racismo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, que foi aprovado por aclamação no dia 3 de setembro de 1942. O documento terminava nos seguintes termos:

“...queremos oferecer a todo o mundo civilizado a nossa magnífica filosofia no tratamento das raças como o maior protesto científico e humano e a maior arma espiritual contra as ameaças sombrias da concepção nazista da vida, este estado patológico de espírito que pretende envolver a humanidade numa espessa e irrespirável atmosfera de luto”.

Era a volta, também no Brasil, de uma ciência social que repudiava os postulados nazistas no julgamento das raças e a sua função e papel no processo civilizatório.

Já havia se realizado, nessa ocasião, dois congressos afro-brasileiros: o primeiro em Recife, em 1934, por iniciativa de Gilberto Freyre; e o segundo em Salvador, por iniciativa de Edson Carneiro, em 1937. Nos anais de ambos podemos ver a preocupação de muitos congressistas em relação ao problema racial e o seu dilema no Brasil. Dos anais do primeiro podemos destacar as comunicações de Mario de Andrade, Alfredo Brandão, Gilberto Freyre, Adhemar Vidal, Jovelino M. de Camarno Jr., Mário Melo, Rui Coutinho, Rodrigues de Carvalho e outros. Nesses autores nota-se a preocupação de descartar a inferiorização do negro, via fatores biológicos (inatos), e ressaltar a escravidão como causa de nosso atraso. No segundo congresso vemos a preocupação de Edson Carneiro, Artur Ramos, Donald Pierson, Aydano do Couto Ferraz, Alfredo Brandão e Jorge Amado, cada um a seu modo procurando encaminhar o tema no mesmo sentido.

No terceiro congresso, realizado em 1982, as intervenções de Décio Freitas, Raimundo de Souza Dantas, Clóvis Moura, Gilberto Freyre e outros vão na direção de reabilitar o processo miscigenatório e destacar a participação social do negro em nossa história, posição contrária à dos eugenistas da década de 30, que consideravam este fenômeno um fator de degenerescência da sociedade brasileira. A postura democrática em relação ao problema racial, que teve nos antropólogos e sociólogos da Unesco a expressão mais lúcida, começa, em determinado momento, a ser contestada<sup>12</sup>.

---

12 Ver *Estudos afro-brasileiros*, prefácio de Roquete Pinto. Rio de Janeiro. Ariel. 1935, *Novos estudos afro-brasileiros*, Gilberto Freyre et alli. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1937; *O negro no Brasil* (vários autores). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1940; *Os afro-brasileiros*. Roberto Motta (org). Recife. Massangana, 1985.

No plano político internacional, por outro lado, saía-se da política de colaboração dos quatro grandes vencedores da II Guerra Mundial — Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos — para o confronto da Guerra Fria. Assistia-se, ao mesmo tempo, os movimentos de libertação da África, dentro do processo de descolonização que se dinamizava. Nesse contexto político iniciam-se os ataques às conclusões dos cientistas da Unesco.

O mais relevante sintoma deste protesto e o que mais repercussão alcançou foi o de Arthur Jensen, professor de psicologia educacional da Universidade de Bekerley. Ele combate as conclusões da Declaração da Unesco de 1951 e a de 1964. Afirma textualmente:

“O fato de que diferentes grupos raciais neste país tenham origens geográficas largamente diferenciadas e tenham tido histórias largamente diferentes, o que os submeteu a diferentes pressões seletivas econômicas e sociais, faz com que seja altamente provável que seus acervos genéticos difiram em algumas características comportamentais geneticamente condicionadas, inclusive inteligência ou capacidade de raciocínio abstrato. Quase todo o sistema anatômico, fisiológico e bioquímico investigado apresenta diferenças raciais. Por que seria o cérebro uma exceção?”

Já o professor de psicologia da Universidade de Londres e entusiasta de Jensen, H.J. Eysenck, baseando-se em testes de QI de jovens negros americanos, conclui pela existência de diferenças que, dentro da estrutura social atual (julgamentos de valor) significam inferioridade. Este cruzamento de resultados de testes com resultados de pesquisas de geneticistas é uma forma deliberada de confundir os fatos e chegar-se a uma conclusão preestabelecida. Por outro lado, todos sabem que as técnicas de medir a inteligência pelo nível do QI são cada vez mais contestadas.

A antropóloga Ruth Benedict, antes dos professores citados, já punha em dúvida essas técnicas, especialmente quando aplicadas sem os diferenciais culturais e sociais. Cita o exemplo de uma comparação feita entre brancos do Mississípi, Kentucky e Arkansas com negros de Nova York, Illinois e Ohio. O QI dos brancos do Sul é inferior ao QI dos negros do Norte. Os resultados foram os seguintes:

Branços		Negros	
Mississípi	41,25	N. York	45,02
Kentucky	41,50	Illinois	47,35
Arkansas	41,55	Ohio	49,50

Fonte: Raza: ciência y política. Ruth Benedict.  
México. Fondo de Cultura Econômica, p. 97

Contra estes dados, H.J. Eyscnck conclui um de seus livros dizendo:

“...o reconhecimento da natureza biológica do homem e o reconhecimento da desigualdade geneticamente determinada, associados inevitavelmente ao seu desenvolvimento, é um começo absolutamente necessário a qualquer tentativa de utilizar os métodos da ciência e a razão, num esforço destinado a nos salvar dos perigos (sic) efetivamente reais com que nos defrontamos”<sup>13</sup>.

## **Racismo e determinismo genético**

É exatamente em continuação a essa biologização da história e da sociedade que, na década de 70, surge uma nova ciência: a sociobiologia, sistematizada por Edward Wilson, da Universidade de Harvard, e assim definida:

“...uma ideologia biológica que, empenhada em provar que todo o comportamento humano é determinado geneticamente, como nos animais, deu uma roupagem moderna ao velho darwinismo social. A partir daí a bibliografia só faz aumentar a lista iniciada com o Macaco nu e a História natural da monogamia, do adultério e do divórcio, da antropóloga norte-americana Helen Fischer, para quem há uma lei natural, inscrita em nossos genes, que molda o relacionamento afetivo e o acasalamento entre os seres da espécie

13 Eyscnck, H.J. *A desigualdade do homem* Rio de Janeiro. Zahar, 1979. p 252.

humana. Outro livro deste gênero é *Personas sexuais*, de Camille Paglia, que considera os papéis sexuais, o machismo e a feminilidade decorrentes apenas de nossa natureza biológica e não, também, das relações culturais, históricas, estabelecidas entre homens e mulheres; relações condicionadas pelas peculiaridades das épocas e dos lugares onde ocorreram”<sup>14</sup>.

Poderíamos citar mais de uma centena de obras da nova sociobiologia, mas o que se viu dá para perceber o renascimento do racismo via genética. O preocupante é que essas ideias não se exprimem apenas através de livros, mas de uma prática universitária na direção da dominação ideológica do conhecimento. Neste sentido estava prevista, na Universidade de Maryland, a realização da conferência intitulada “Fatores Genéticos no Crime: Descobertas, Usos e Implicações”, cujo prospecto referia-se ao “aparente fracasso do enfoque social para o crime” e sugeria a realização de pesquisas genéticas para o desenvolvimento de métodos capazes de identificar — e tratar quimicamente — criminosos em potencial. A Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos, por sua vez, publicou em novembro de 1992 o relatório *Compreender e Prevenir a Violência*, sugerindo a realização de mais pesquisas desse tipo e na mesma direção, com investigações sobre marcadores bioquímicos e tratamento com drogas para comportamentos violentos e antissociais, embora admitindo a escassez de evidências substantivas para uma propensão ao crime de per si. Como se pode ver é a volta disfarçada aos métodos eugênicos dos cientistas do III Reich. Analisando tal situação, escreveu Patrick Bateson:

“...as diferenças existentes entre as pessoas são muitas vezes pensadas como adaptações, como produtos da evolução darwiniana, e, portanto, como atribuíveis a diferenças genéticas. Para o não biólogo, ‘diferença genética’ é sinônimo de inevitabilidade — o problema começa aí. Às pessoas claramente exploradas ou oprimidas é dito que devem aceitar essa situação porque nada podem fazer para alterar os seus genes. Esse tipo de ideias, que penso não serem geralmente partilhadas pelos cientistas que parecem dar-lhes

---

<sup>14</sup> Ruy, José Carlos e Bercht, Verônica: ‘A busca infrutífera do gene de Caim’. in *PRINCÍPIOS* n° 29. maio/junho de 1993.

credibilidade, é agora parte de nossa vida política. Por esta razão, e talvez injustamente, o determinismo genético tomou-se o grande tema de muitas discussões públicas sobre sociobiologia. (...) A ênfase no egoísmo e na luta pela existência na evolução biológica teve um efeito de continuação insidiosa na opinião pública (Bateson, 1989). A competição foi encarada como o motor da atividade humana. A experiência nas universidades e nas artes é avaliada pelos mesmos parâmetros que supostamente resultam tão bem no campo do esporte ou na feira. Os indivíduos prosperam compelindo e vencendo. Esta visão da natureza humana, popular entre os políticos de direita, foi justificada pelo recurso à biologia, e os próprios biólogos foram, por sua vez, algo influenciados pelo movimento de opinião pública. (...) Nenhum de nós sabe tudo, e a nossa tendência para as generalizações tolas está sujeita à rápida correção por outros cuja experiência tenha sido diferente. (...) Tal como as coisas estão, o apelo à biologia feito pela Nova Direita não se dirige tanto ao corpo coerente de ideias científicas como a um mito confuso. Pensa-se na biologia como tratando da competição — e isso significa luta. O conceito darwiniano da sobrevivência diferencial nutre-se da crença na importância do individualismo<sup>15</sup>.

Discutindo o lado ético da aplicação da sociobiologia ou da biologia em particular, escreveu Hilton Japiassu:

“...aliás, nos dias de hoje, parece inegável o impacto social na biologia sobre a vida de cada um de nós. Ela não constitui apenas uma pesquisa sem freios da verdade, isenta de toda e qualquer crítica política ou moral. Já se foi o tempo em que se podia declarar, como H.R. Oppenheimer, um dos responsáveis pela construção das primeiras bombas atômicas, que ‘...nosso trabalho mudou as condições da vida humana; mas a utilização feita dessas mudanças é uma questão dos governos, não dos cientistas’. Ora, a palavra de ordem ‘a verdade pelo amor à verdade’ torna-se hoje insustentável. Porque a ciência não é mais e tampouco pode ser considerada um domínio da exclusiva competência dos cientistas. Os trabalhos dos microbiologistas, por exemplo, que decodificaram as moléculas de ADN, dão-nos a esperança de um controle genético de numerosos males surgidos no nascimento. Mas essas pesquisas já foram utilizadas, como testemunham os cientistas americanos Zimmerman,

---

15 Bateson. Patrick ‘Sociobiologia e política humana’. in Rose. Steven e Appignone (org.), *Para uma nova ciência*. Lisboa. Gradina. 1989, pp. 105-106. 112-113.



Radinsky, Rothemberg e Mayers, pelo governo dos Estados Unidos, para cultivar micróbios violentos destinados à guerra bacteriológica: ‘Essa pesquisa conduz a uma produção genética capaz de gerar subpopulações variadas, que poderão ser utilizadas pelos que detêm o controle tecnológico. Essas subpopulações poderão compreender soldados combativos, robôs resistentes para executar as tarefas físicas peníveis, ou filósofos-reis aos quais seriam transmitidos poderes hereditários’”. (*Autocritique de la Science*, Seuil, 1975)<sup>16</sup>.

Estamos nas fronteiras do Admirável mundo novo, de Aldous Huxley, quando um dos seus personagens define felicidade:

“E esse, acrescentou sentenciosamente o Diretor, é o segredo da felicidade e da virtude — gostar daquilo que se tem de fazer. Este é o propósito de tudo: fazer as pessoas amarem o destino social do qual não podem escapar”.

Estaríamos plenamente na era do determinismo genético.

O mundo apresentado por Huxley pode ser o objetivo desses cientistas. Mas a biologia genética, via engenharia genética, tem objetivos ainda mais seletivos e ideologicamente racistas. Sobre a visão de radicalismo epistemológico dessa postura científica, escreveu Hilton Japiassu:

“...os gigantescos progressos da biologia e da engenharia genética já tornaram possível uma outra forma de neo-eugenismo, desta feita bastante mais sofisticado. Diria que um neo-eugenismo fundado nas ciências biogenéticas já se anuncia, sem que possamos predizer de modo seguro quais serão as grandes opções para o futuro. O fato é que, nesse domínio, já existem sofisticados métodos permitindo a detecção dos ‘maus genes’, vale dizer, dos genes que, direta ou indiretamente, são responsáveis por certas doenças. Como nos lembra P. Tuiller, “...quaisquer que sejam os limites atuais da ciência médica em matéria de diagnóstico e de terapêutica, criou-se uma situação nova; doravante é possível concebermos a longo prazo um gigantesco empreendimento de purificação do capital genético da

---

16 Japiassu Hilton. “A origem pseudocientífica do racismo”, in *As paixões da ciência*. São Paulo. Letras e Letras, 1991. p. 255.

humanidade (ou de certas populações). O que levanta numerosas questões ao mesmo tempo técnicas e éticas”. (Les passions du savoir, Fayard, 1988, p. 15-1)<sup>17</sup>

Em outras palavras, os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo com os seus critérios de valor étnicos) considerados de “maus genes”. Se considerarmos a ideologia de quem monopoliza essa tecnologia, os negros e os não-brancos serão o objetivo desse projeto e tentarão projetar um mundo branco e de robôs.

## **A Europa ergue um muro contra não-brancos e pobres**

Além deste racismo, há aquele que está se disseminando de forma crescente e cada vez mais agressiva. Em todo o chamado Primeiro Mundo (capitalismo imperialista central) ele vem se afirmando, quer por legislações que tornam indesejáveis no seu território membros de determinadas etnias, quer pela incorporação por parte de partidos políticos que endossam essa ideologia e, finalmente, pelo comportamento irracional de grande parte da população desses países. Na Inglaterra, na França, na Áustria e especialmente na Alemanha, o racismo vem aumentando assustadoramente, especialmente neste último país, onde se manifesta através do neonazismo, cuja violência tem feito desaparecer centenas de vidas e cujos métodos de ação são idênticos aos de Hitler.

Esses países começam a proteger-se dos “genes maus”, representados pelas populações não-brancas em geral, que procuram “invadir” o recinto intocável das nações brancas. Esta ideologia racista cresce juntamente com a ideia da unificação da Europa. Há movimentos de extrema direita por toda parte, como a Frente Nacional da França e os republicanos e neonazistas da Alemanha. Nos países nórdicos, como a Noruega, há parlamentares de extrema direita ostensivamente racistas. Segundo Harlen Désir, para alguém eleger-se basta dizer: “Chega de árabes, jamaicanos e turcos!” Na França, se-

---

<sup>17</sup> Japiassu, Hilion. op. cit. p. 257.

gundo ele, parte da população não aceita a fusão e a formação de uma nação plurinacional e sem barreiras. Esta resistência é sentida principalmente nas regiões fronteiriças, onde o discurso de Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional, tem forte penetração.

Na Alemanha e na Suécia estão virando moda videogames distribuídos pela extrema direita britânica, com os sugestivos nomes *Jogar em Treblinka* ou *Quando o Gás Tiver Terminado o Trabalho Você Terá Ganho*<sup>18</sup>. O jogador consegue pontos matando judeus, turcos, homossexuais e ecologistas ao som de *Deutschland über Alles* (Alemanha acima de tudo), estrofe glorificada por Hitler e depois da guerra suprimida do hino nacional alemão.

Os ataques racistas se multiplicam e a ultradireita ganha terreno. Os governos da Comunidade Europeia mantêm leis discriminatórias contra os imigrantes dos países não-europeus, apesar de lá se encontrarem há mais de 15 anos. Não é de estranhar que os jovens transformem o videogame em propaganda racista, pois não e apenas na Alemanha e na Suécia que a juventude assim se diverte. Na Áustria o fato se repete: *Auschwitz Total... Hitler Superdoador... Antiturcos à Prova...* Segundo Sandra Lacut, da *France Press*, de Viena:

“...as escolas da Áustria e de outros países europeus foram invadidas por uma série de jogos de computador racistas e neonazistas, nos quais as crianças ‘dirigem’ campos de extermínio de judeus ou ‘compram’ gás para matar os imigrantes turcos. (...) Um estudo realizado pelo Ministério de Educação revela que na cidade austríaca de Lintz, onde Hitler passou parte de sua juventude, 39% dos jovens sabem que existem esses jogos neonazistas e 22% já os jogaram. Em Salzburgo, um em cada cinco jovens que tem um computador já viu publicidade neonazista em sua tela. Os videogames trivializam o Holocausto (assassinato em massa de judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e dissidentes durante o nazismo) e incitam ao ódio contra os judeus e turcos. O jogo *Administrador de Campo de Concentração* consiste em dirigir o campo de Treblinka (Polônia) e conseguir bastante dinheiro — por exemplo, arrancando os dentes de ouro dos judeus mortos — para adquirir o gás necessário para aniquilar os turcos. Outro, chamado *Prova Ariana*, coloca perguntas

---

18 Lacut. Sandra. ‘Videogames racistas e neonazistas viram mania em escolas da Áustria’. *FSP*, 17-8-91.

que revelam ao jogador seu grau de pureza racial. Aquele que for apenas 'meio ariano' pode se desforrar 'matando comunistas'. De acordo com o grau de 'impureza do sangue', o jogador pode ser varredor ou limpador de privadas. E o 'judeu' é automaticamente atirado na câmara de gás".

O que à primeira vista parece ser apenas um detalhe vem demonstrar até que nível a propaganda neonazista está se aproveitando da nova tecnologia e da comunicação avançada nos mesmos moldes de Hitler. Segundo *El País*, os alemães e os belgas, de acordo com pesquisas feitas pela Comunidade Europeia, são os cidadãos europeus que mais admitem os seus sentimentos racistas. Mas é na França e na Grã-Bretanha que a xenofobia e a violência racial se mostram mais intensas. Nos últimos quatro anos (a pesquisa vai até 1990) houve 20 assassinatos motivados por racismo na França. As vítimas eram norte-africanos de nacionalidade ou de origem.

Seis jovens cabeças raspadas (*skinheads*) mataram a pontapés um tunisiano pai de quatro filhos. O policial que os deteve contou que aquilo que mais o chocou foi o fato de eles terem a sensação de nada terem praticado de condenável. Outros três jovens mataram a tiros um jovem *harki* (francês de origem argelina) "para se divertir". Cerca de 76% das pessoas entrevistadas depois do assassinato dos três norte-africanos declararam: "O comportamento deles pode justificar as reações racistas"

Em 1989 ocorreram, em Londres, em média seis incidentes racistas por dia. O Instituto de Estudos da Polícia estimou em sete mil os casos conhecidos de racismo no país, mas sugeriu que a cifra poderia ser dez vezes superior. Isto porque as vítimas temiam denunciar as agressões "por falta de confiança na polícia". Uma mãe asiática suportou que seus filhos fossem esfaqueados e apedrejados — "Pensei que fosse um comportamento normal em relação aos estrangeiros." — e não procurou ajuda.

Na Itália, os ataques a estrangeiros estão adquirindo uma sequência e um furor inesperados, acalentados por uma crescente onda de imigrantes clandestinos. Na Espanha, a fúria contra marroquinos, portugueses e africanos é uma reação social em alta, mas a discrimi-

nação elege como presa também uma minoria espanhola: os ciganos. Estes últimos são hoje na Espanha cerca de meio milhão de pessoas e, como no caso dos negros nos Estados Unidos, sua dança e sua música são muito apreciadas.

Longe de melhorar, as coisas pioraram, assinala o volumoso estudo de oito capítulos elaborado e aprovado pela Comissão de Investigação do Racismo e Xenofobia criado pelo Parlamento Europeu, presidido pelo eurodeputado Glyn Ford. Nem a Comunidade Europeia, nem os governos dos seus estados-membros tomaram medidas para corrigir a situação alarmante, já denunciada em 1986. O mito da Europa como terra de asilo caiu por terra.

A Alemanha é o país onde os sentimentos racistas são mais claramente expressos. Em 1989 (e daí para cá este sentimento aumentou), cerca de 75% dos alemães ocidentais achavam que havia estrangeiros demais no país e 93% eram favoráveis a reduzir o número de trabalhadores imigrantes. Cerca de 60% da população da ex-Alemanha Ocidental admitem ter sentimentos antissemitas. As pesquisas revelam, também, que um quinto dos alemães tem ódio racial contra africanos e asiáticos e opiniões muito negativas sobre os turcos.

## **O racismo como ideologia neocolonial**

Falta agora nos referirmos ao racismo político dos países do chamado Primeiro Mundo (capitalismo central) contra os países dependentes que fizeram parte do antigo sistema colonial, que não foi desmontado até hoje. Uma das particularidades é que são, em sua totalidade, países que têm populações não-brancas.

À medida que se aguçava a luta entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os norte-americanos concentraram suas atividades de dominação nas áreas incluídas em seu leque de influências. Com o pretexto de combater a subversão, estabeleceram governos subalternos externamente e ditatoriais internamente. Como norma, ditaduras militares. Com isso consolidaram sua dominação neocolonial. Mas, por uma série de circunstâncias, na América Latina, Ásia, Oriente Médio e África houve movimentos que conseguiram se afastar de sua órbita. Por coincidência, movimentos de países que

havia participado da aventura colonial como dominados. Em outras palavras: surgiram principalmente em territórios onde houve o tráfico negreiro, a escravidão ou outras formas de trabalho compulsório típicas do sistema colonial. Grande parte de suas populações, ou melhor, de sua composição demográfica, é esmagadoramente não-branca.

Com a crise estrutural do sistema capitalista, na fase de imperialismo tecnocrático, houve a necessidade de uma reciclagem no processo e nas táticas de dominação. De um lado para consolidar o seu domínio econômico e, de outro, como manifestação de racismo.

A primeira manifestação mais aguda deste comportamento foi a operação que os Estados Unidos organizaram contra a Líbia em 1981. Foi preparada uma operação de terrorismo de listado para assassinar seu líder. Depois de várias operações de agressão militar, nas quais foram abatidos dois aviões líbios (em território líbio), constatou-se que um dos filhos de Kadafi havia sido assassinado. Isto porém não sensibilizou a opinião pública mundial. A mídia criou para consumo internacional a imagem de que Kadafi era o líder do terrorismo internacional, o que os fatos desmentiram.

Depois veio a invasão da ilha de Granada. A pretexto de obedecer aos apelos de uma entidade fantasma, os norte-americanos ocuparam a ilha, assassinaram seu presidente e centenas de seus habitantes. A opinião internacional não se mobilizou nem denunciou o crime, possivelmente por se tratar de um país de negros.

Registramos também a invasão do Panamá, com o pretexto de combater o narcotráfico. Em 1989 a 82ª Divisão Aero-transportadora dos Estados Unidos invadiu seu território, prendeu o presidente Noriega, sequestrou-o e levou-o para ser condenado pelos tribunais norte-americanos. A intervenção norte-americana destruiu a economia do país, tentou extinguir o Exército e colocou um de seus representantes como chefe de Estado. Mas a opinião pública não se emocionou. Pelo contrário. Toda a imprensa mundial teceu elogios ao ato. O Panamá é também um país de negros, mestiços e índios.

Por fim, os casos mais recentes: a Guerra do Golfo contra o Iraque, a invasão da Somália, a tentativa (que persiste) de ocupar o

Haiti e os massacres de Ruanda passam como acontecimentos sem relevância. As razões apresentadas são de “ação humanitária”, “restauração da democracia” “combate ao narcotráfico”, pois não cola mais o “perigo comunista’.

É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neo-colonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam-se não só da sociobiologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também de canhões, aviões e tanques de guerra.

Estamos à véspera do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas. Este é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária.





## SOBRE O AUTOR

CLÓVIS STEIGER DE ASSIS MOURA (Amarante, 1925 — São Paulo, dezembro de 2003), mais conhecido como Clóvis Moura, foi um sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Nasceu na cidade de Amarante, no Piauí. Foi influenciado pelo marxismo, tendo desenvolvido a *Sociologia da Práxis Negra*. Clóvis Moura questionou a visão de Gilberto Freyre sobre a passividade do negro no Brasil, destacando a resistência à escravidão dos quilombos. Em suas pesquisas tratou da rebelião dos escravos e da formação dos quilombos. Apoiando-se na teoria de Marx, analisou a luta de classes no sistema escravista. Para Clóvis Moura, a sociedade escravista brasileira era subdividida em duas classes antagônicas: os senhores de escravos (classe dominante) e os escravos (classe dominada). Os escravos produziam os bens materiais e as riquezas enquanto os senhores de escravos detinham a propriedade e os meios de produção. Após a abolição, os escravos, apesar de terem produzido as riquezas que alicerçaram a economia brasileira, não tiveram direito à propriedade.

Militou pelo PCB e, em 1962, na cisão do partido, migrou para o PC-doB. Destacou-se pela militância pioneira no movimento negro brasileiro. Colaborou com artigos para jornais da Bahia e de São Paulo.

Há, sub-repticiamente, uma institucionalização da história. A produção dos historiadores deve ser condicionada a diversos padrões de julgamento para ser aprovada. Não vamos estender, aqui, como essa produção é preconceituosa em relação aos heróis da transformação, às mulheres, aos negros e a outras camadas e segmentos ou minorias da nossa sociedade. Vários trabalhos já foram feitos nesse sentido e não é este o momento para uma análise exaustiva dos mesmos. O certo é que aqueles que obedecem ao grande projeto institucional conseguem circular, enquanto outros, que têm a coragem de transpor a fronteira do proibido, sofrem as sanções dos controladores do saber histórico no Brasil.

- CLÓVIS MOURA

